



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 26ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 28 de abril de 2015, com início às quatorze horas e quarenta minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 36/2015. Projeto de lei nº 37/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 104/2015, em resposta ao requerimento nº 145/2015 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 108/2015, em resposta ao requerimento nº 130/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 109/2015, em resposta ao requerimento nº 134/2015 do vereador João Paulo de Lima. Ofício SEAJUR/ATL nº 107/2015, em resposta ao requerimento nº 148/2015 do vereador Jorge Bocasanta. Ofício SEAJUR/ATL nº 105/2015, em resposta ao requerimento nº 122/2015 do vereador Jorge Menegatti. Ofício SEAJUR/ATL nº 106/2015, em resposta ao requerimento nº 116/2015 do vereador Pedro Martendal. Requerimentos nº 165 ao nº 176. Indicações nº 433 ao nº 451. Parecer contrário nº 51 da Comissão de Justiça e Redação a emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 18/2015. Parecer contrário nº 50 da Comissão de Justiça e Redação à emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 18/2015. Parecer contrário nº 21 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo à emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 18/2015. Parecer contrário nº 21 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à emenda modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 18/2015. Parecer favorável nº 4 da Comissão de Saúde e Assistência Social à emenda modificativa nº 1 ao Projeto de lei nº 18/2015. Parecer favorável nº 20 Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo à emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 18/2015. Parecer favorável nº 4 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto à emenda modificativa nº 1 ao Projeto de lei nº 18. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Romulo Quintino, Rui Capelão, João Paulo de Lima, Luiz Amélio Burgarelli, Paulo Porto, Luiz Frare, Professor Paulino e Pedro Martendal. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Presidente: Deixo palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Em única discussão e votação a emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 18/2015, que dispõe sobre desafetação e autorização de alienação de bens públicos que especifica e dá outras providências. A emenda é de autoria dos vereadores: Jorge Bocasanta, Paulo Porto, Jorge Menegatti, Professor Paulino e Celso Dal Molin. A referida emenda 01 recebeu parecer contrário da CCJ e da Comissão de Finanças, portanto passamos a discutir primeiro os pareceres contrários da CCJ e da Comissão de Finanças; em discussão os pareceres. – Vereador Jorge Bocasanta: Gostaria que a Comissão se manifestasse a



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de Justiça e Redação. – Presidente: Vossa Excelência está pedindo a palavra ou não, vereador Jorge Bocasanta? Não há previsão regimental pra esse seu pedido vereador Jorge Bocasanta. Continua em discussão o projeto. (- Peço a palavra) Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: A emenda nº 1 vem trazer pra essa Casa algo importante pra o município, onde simplesmente estamos pedindo pra que sejam divididos os valores. Numa entrevista do secretário essa semana ele falou que teria dinheiro pra o Bid, se precisasse e se não acontecesse desse projeto ser executado. Neste momento gostaria de entender por que foi dado parecer contrário e também, gostaria que a CCJ se manifestasse pra nos explicar o parecer contrário, pra nós entendermos o porquê disso. Desde que esse dinheiro vai cair nos cofres do município, num único caixa do município e pode ser aplicado em qualquer setor, por que não se aplicar também, em saúde, educação e esporte? Então gostaria também, de entender porque a CCJ deu parecer contrário e se ela puder explicar, agradeceria muito. – Presidente: Continua em discussão os pareceres, lembrando aos senhores vereadores, que todas Vossas Excelências devem ter recebido a cópia dos pareceres das respectivas comissões. Confirmando todos receberam. Continua em discussão o parecer. (-Peço a palavra) Com a palavra - Vereador Jaime Vasatta: Quero justificar aqui, a fala do vereador Celso Dal Molin. Nós estivemos reunidos nesta manhã com a Comissão e temos aqui, amparados pelo departamento jurídico dessa Casa, algumas coisas que foram colocadas, em relação a essa emenda. Esse projeto, na verdade vem sendo discutido há muito tempo. Teve audiência pública em relação a esse projeto e a finalidade realmente é recurso para o projeto do Bid, o qual o município tem que arcar com a contrapartida. Considerando finalmente que esse projeto original vem do Executivo com o propósito definido claramente de financiar a contrapartida do empréstimo que deve ser contraído junto ao Bid. Não se pode admitir, através de emenda do Poder Legislativo atribuir nova destinação dos recursos arrecadados, visto que fere diretamente o objeto do projeto. Esse é o parecer da procuradoria jurídica dessa Casa. Vejo que não há razão, respeitando-se é claro as emendas propostas pelos vereadores, mas estamos amparados pela Procuradoria Jurídica. Um parecer que nos dá garantia que nós estamos dando um parecer legal, referente a essa emenda. Obrigado! – Vereador Rui Capelão: Estive olhando esse parecer e parece uma forma bastante paliativa de querer intervir no projeto, porque não acredito sinceramente com todo respeito que tenho aos vereadores que fizeram esse projeto, que possa se dividir essa verba da forma que eles propuseram; até porque 50%, e se for vendido 50% só dos lotes quem vai ficar com os 50%? Há várias maneiras dele não cumprir uma emenda dessas. O próprio Poder Executivo vai colocar o dinheiro em caixa e vai fazer a destinação que julgar melhor, dentro do interesse público administrativo. Entendo que os senhores vereadores embora esforçando-se pra distribuir melhor a renda desse projeto, o qual sou totalmente contrário; eu não entendo que essa emenda poderia beneficiar de alguma forma a população, com esse projeto. Muito obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: São tantos imóveis que vão a leilão, com um fim que se fosse o destino à construção da avenida nova. Só que o seguinte: no



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

leilão vejo que tem terrenos ali que estão avaliando a 80, 90 mil e podia ir a 200 mil pra reunir mais dinheiro. Vendo o seu parecer Jaime Vasatta, o dinheiro é só pra o Bid? Vai pra onde o resto? Alguém vai embolsar? Vão vender os lotes até 42 milhões e depois vão parar de vender? Quando da alienação de custo, não precisa ser custo, se constrói um hospital, escola, não precisa ser pra manutenção, não é pra manutenção, pode ser pra construir uma escola. Tem tanta escola pegando fogo que não tem dinheiro pra se fazer, um hospital que nós estamos brigando, está toda hora morrendo gente nas Upas e ninguém faz nada. O excesso do dinheiro que vai dar com essa arrecadação tem que ter um destino; porque acredito que um lote no Jardim Nova York, por 80 mil no mínimo vai vender por 150. Então, essa nossa emenda é interessante pra manter a máquina, pra construir na saúde, educação. – Vereador Jaime Vasatta: Entendo sua colocação vereador, mas que é importante sim, a destinação do imposto pra educação. Mas vejo assim, qual a garantia de sucesso de venda de todos esses terrenos? Às vezes o município não consegue alcançar a venda de todos e aí, pode comprometer o projeto do Bid. Se isso acontecer de forma que possa vender todos os terrenos aí, vamos analisar quais os recursos arrecadados, a sobra de valores e de repente poderia fazer uma destinação do restante desse dinheiro, pra que no futuro possa se aplicar na educação, saúde, enfim. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Mas eu estava vendo que nós ali na... tal de Curitiba, vieram me falar que tem uns lotes bons ali pra vender e se faltar ainda, que até o Job que usa os imóveis ali perto do Wilson Jofre, não conheço bem, então poderia até ter ido pra leilão esses lotes. Lote tem a mais; aqueles que estão ocupados por favelados vão pra leilão, os que estão invadidos por empresas grandes, esses não vão pra leilão? – Vereador Rui Capelão: Se seguisse uma linha mais ou menos como Vossa Excelência está colocando, seria racional, nós tivéssemos um valor que a prefeitura precisasse arrecadar pra o Bid, o restante desse valor poderia ter um destino determinado, daquilo que sobrar do investimento. Imagino que hoje, essas áreas 20, 30% já ocupadas por famílias; a Cohavel deveria estar olhando isso aí há tempos, visitando essas famílias e buscando uma coisa lógica pra essas famílias e pra resolver essa situação. Aqui demonstra que a Cohavel não prestou nenhum trabalho, neste sentido; olhando essas áreas públicas que acho que seria um dever dela olhar essas questões. Acredito que falar em habitação, então já teria que olhar essa questão de lotes que já estão ocupados. – Vereador Jorge Bocasanta: Era isso, peço voto contrário e acredito que nós da Câmara, podemos fazer uma emenda que dá destino ao montante desse recurso. Obrigado. – Vereador Professor Paulino: As comissões, com todo respeito ao trabalho de vocês, um trabalho mais técnico, mas entendemos que...subscrevemos essa emenda entendendo que é muito bem vindo, como disseram os vereadores anteriores, os recursos pra educação, saúde e se os recursos não são tão grandes não justifica-se também, a venda dos terrenos. Ouvindo as declarações do secretário da Administração, ele disse que a venda dos terrenos não necessariamente haveria a maior necessidade, porque o município poderia muito bem dar a contribuição sem a venda dos mesmos; por isso entendemos que a destinação da forma da proposta, 50% pra saúde, 50% habitação e para a... que se use pra



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

finalidade da determinada lei que sou contrário. Acho que não deveria ser vendido, o prejuízo não seria grande, teríamos um avanço social, teríamos firmeza de poder estar votando esse projeto de lei dizendo: 50% vai pra educação, 50% pra saúde. Seria algo assim muito...como o vereador Rui Capelão falou da Cohavel. Passando pela Cohavel temos vontade de chorar; tínhamos centenas de trabalhadores que faziam parte da Cohavel e que a própria Cohavel que construía, hoje tem 8 pessoas lá dentro que não sabem o que vão fazer. Deveria ser revitalizada a Cohavel e estaria ajudando na construção de casas populares, inclusive dando destino pra essas oitenta e poucas famílias que estão nesses lotes que estão à venda. Tem que comparar isso quase à venda do feudo; na época do feudalismo se vendia o feudo e se passava junto os servos. Parece que estão voltando a essa época; lamento! Devia primeiro ser feita a destinação social, legal, dessas pessoas, pra onde elas vão; não de empresas grandes que ocupam terreno e que não estão pagando. Estou falando dos trabalhadores que não têm lugar pra ficar e não é invasão, é ocupação de terrenos baldios. Obrigado! – Vereador Nei H. Haveroth: Pra me manter fixado à questão do parecer contrário, que é o foco da manifestação, ontem falei nesta Casa que a gente respeita a visão de cada parlamentar. Vereador, mas vou repetir hoje, porque acredito que o município não é nenhum irresponsável quanto a utilizar, desalienar um bem público; ele vai investir esse dinheiro em benefício do Poder Público. E aí, estaríamos concebendo que o Poder Público pode gastar de forma equivocada o dinheiro e pra isso existe o Tribunal de Contas e a Câmara, pode acompanhar qualquer arrecadação de recursos pra ser aplicada. E vejo que quando o município se propõe a fazer esse projeto do Bid, que desde 2009 está sendo discutido com a sociedade de Cascavel e só não participou quem não quis; tive várias oportunidades e participei; esse projeto vai ser investido em educação, diversas formas de melhoria na qualidade de vida das pessoas dando a possibilidade de um transporte coletivo mais eficaz, pra que as pessoas não fiquem tanto tempo sofrendo no transporte coletivo. Quer benefício maior pra um trabalhador que esse? Quando você investe em políticas essenciais, por consequência você está investindo em saúde, educação, também. Indiretamente são outras áreas que você investe e que dão por consequência o aproveitamento, o sentido positivo da aplicação da política pública. Reitero aqui que, entendo que o projeto como um todo é benéfico pra todas as áreas, não só pra saúde, educação no município; mas também nas outras diversas áreas, que tanto os munícipes precisam pra que essa política e precisa ser aplicada. Agora, se o município arrecadar mais recursos, cabe a nós gestionar e participar, junto com a Administração Pública de uma decisão, onde melhor será aplicado esses recursos. Não passa pelo parecer, ele foi muito bem elaborado. Teve uma fundamentação jurídica muito boa, um dos poucos pareceres bem fundamentado jurídico. Tendo aqui a achar que o parecer contrário está correto sobre a questão dessas emendas. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Quando a Comissão de Justiça elabora seus pareceres é um parecer técnico. Cabe ao Plenário tomar a decisão sobre o parecer. Nós da Comissão de Justiça buscamos o parecer pra embasar nosso posicionamento no jurídico. Se não confiarmos nos advogados vamos





# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

confiar em quem? Antes de a gente elaborar um parecer a Comissão se baseia no parecer jurídico. Não é por nossa conta própria dar um parecer. A Comissão tem essa responsabilidade, porque dá a impressão em algumas pessoas que estão chamando os vereadores da Comissão de irresponsáveis. Nós da Comissão, somos muito responsáveis, nos baseamos num parecer técnico, jurídico e o parecer da Comissão é técnico e ao plenário cabe decidir sobre o parecer apresentado pela Comissão. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado. Nós sabemos e em outras ocasiões também, colocamos que o parecer das Comissões e aqui a Plenária é soberana e cada vereador tem seu posicionamento. Sabemos que cada vereador também tem suas tendências políticas, tem suas visões e sua opinião e respeitamos elas; mas cabe aqui o debate e, então pra colaborar quero só reafirmar meu apoio ao parecer contrário das Comissões. Era o que tinha. – Vereador Luiz Frare: Apenas vou colocar um pouco do que ouvi até agora, sobre o destino da arrecadação com a venda dos imóveis. Em primeiro lugar, ninguém garante que a totalidade deles vai ser vendida e em segundo lugar, o que estamos aprovando ou não hoje, é autorizando o município a proceder uma licitação pra venda dos imóveis, amparado na lei 8.666. E dizer que pelos meus cálculos simplistas e matemáticos, 32 milhões dividido por 2, dá 16 milhões; 50% pra saúde; 50% pra educação; posso garantir que o município está gastando o dobro em saúde do que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal e o que determina a Constituição Federal. Quanto à educação, além dos 25% que o município já aplica e que passa um pouco, nós temos hoje somente 2 rubricas de recurso livre que não entram no cálculo dos 25 milhões de reais. Temos hoje, um total de R\$ 9.280.000,00 que o município coloca de recurso próprio, pra pagar o transporte escolar e pra pagar a merenda escolar dos alunos da rede pública municipal de educação. Recursos que deveriam vir do governo federal e inclusive, além do governo do estado. Portanto, a aplicação desse dinheiro também é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal que diz: *artigo 44: é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de Previdência Social, geral e próprio dos servidores públicos.* Portanto, não está se inventando nada, mesmo porque ao longo dos 9 anos que faço parte da Administração Pública lá e aqui na Câmara Municipal, já foram feitos diversos leilões de imóveis e sempre o recurso é aplicado na finalidade a que se destina, e que a lei permite. O recurso da alienação desses imóveis, Bocasanta mesmo que fosse vendido pelo dobro do que está aí, não iria cobrir a contrapartida das obras do Bid e as obras do Bid de mobilidade urbana não contemplam somente o transporte coletivo em si; elas contemplam outras áreas que envolvem: educação, saúde, esporte e lazer. É a contrapartida que o município está dando e que no conjunto da obra favorecem todas essas áreas citadas, bem como, o fato de a Câmara autorizar a venda desses imóveis não significa que todos eles serão vendidos, que todos vão ser colocados a leilão, porque pode aparecer alguma situação em que o município possa retirar um ou outro imóvel. E finalizando, quero dizer no total de 117 imóveis os 43 que estão ocupados irregularmente, porque todos os imóveis que estão aqui sendo



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

apreciados tem matrícula atualizada, em nome do município de Cascavel. Portanto alguém da imprensa ontem questionou: tenho contrato de compra e venda, certamente não é com o município de Cascavel, que esse contrato de compra e venda existe. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o parecer contrário das Comissões: CCJ e de Finanças. Vamos primeiro votar o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça a emenda 1 ao Projeto de lei nº 18/2015. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) (Foram contrários, os vereadores: Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Rui Capelão, Professor Paulino, Pedro Martendal e Paulo Porto) – Secretário: Com 11 votos favoráveis e 8 votos contrários parecer acatado. – Presidente: Com 11 votos favoráveis ao parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça a emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 18/2015 aprovado e, portanto, a deliberação da emenda fica prejudicada. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei nº 18/2015, que dispõe sobre desafetação e autorização de alienação de bens públicos que especifica e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal; em discussão o projeto. (– Peço a palavra). Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Dizer que esse projeto é uma forma muito clara de dilapidação do patrimônio público. Não poderíamos aceitar, como o próprio vereador Luiz Frare falou. Temos tantos imóveis que já passaram por desapropriação com determinadas finalidades, foram desafetados e neste caso aqui, o que temos notado que eu visitei a grande maioria dos lotes e pude verificar que tem áreas aí, que são parques lineares propriamente são até previstos pra ser feito como no Floresta. Já se falava em 2002 desses parques, vi até projeto desse parque do Floresta e, nunca saiu. Hoje, no final da São Gabriel do lado direito estamos construindo ao lado do córrego pelo Minha Casa Minha vida, um conjunto residencial. Do outro lado do córrego uma grande área de uns 21 hectares pra ser vendida, pra entrar neste leilão. Parece que estão vendendo até os parques, áreas de proteção. Não sei como a Comissão de Meio Ambiente não visitou essas áreas, não fez uma avaliação, porque não é só esse caso. Conheço lote que tem nascente dentro do lote e está sendo vendido. Se esse lote é do município, porque não fazem a desafetação do lote se for o caso e troca por outro lote, então isso não está sendo feito, fiscalizado. Fomos andar no Pioneiro Catarinense, onde tem áreas grandes pra ser vendidas, todos esses lotes podem ser aproveitados pela comunidade, desde que a prefeitura chegue na comunidade e diga: “vocês querem usar esse lote, fica a disposição.” Vejo tanta criança jogando bola na rua, num espaço muito menor do que um lote, por que não poderia ser adequada determinadas áreas pra nossas crianças? Por que não poderíamos adequar essas áreas para hortas caseiras, hortas orgânicas e, não se deixa essas famílias morarem? Tem família morando em área que foi o prefeito que colocou, não invadiram. Elas foram colocadas dentro dessa área, porque o município precisava remanejar essas pessoas de um determinado local e colocaram numa área da prefeitura. Isso são informações que tenho e que foi remanejamento feito por



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

prefeitos, não vou dizer que pelo atual, mas por prefeitos anteriores que foi remanejado essas pessoas pra determinadas áreas. Temos que ter um certo cuidado em mexer, porque alguém que tem um documento na mão, pode não saber o destino que deram ao terreno deles; até pelas famílias serem muito pobres e não terem espaço na mídia e nos órgãos públicos e assim sucessivamente. Não houve um critério justo pra fazer esse negócio de desafetação de lotes. Quero lamentar em nome da população, principalmente a de bairro que está sendo a mais prejudicada. Dizer que vou continuar defendendo essas comunidades da forma que sempre defendi, porque o que temos na realidade é um desleixo muito grande pelas famílias da comunidade da periferia. Não cabe a nós fazer determinadas colocações. Em 2002, acompanhei um negócio com as empresas de ônibus de 3 milhões e pouco, que as empresas pagaram na assinatura do contrato e que ia sair terminais novos e nunca saíram. Agora vão fazer parque linear? Não vão fazer parque linear, coisa nenhuma. Os terminais se fizerem é porque é obrigação, já deveria estar pronto há muito tempo. Sou totalmente contrário ao projeto. Obrigado. – Vereador Luiz Frare: Acho que o senhor não visitou os terrenos, não leu esse calhamaço que veio anexo ao projeto; porque nenhum dos terrenos colocados a venda não é possível construir. Portanto, não tem totalmente de preservação permanente aqui nenhum deles; tem parcialmente, tem terreno de  $\frac{3}{4}$  que pode construir, terrenos de  $\frac{3}{4}$  que não pode construir. – Vereador Rui Capelão: Então tem. Se tem parcialmente, tem. – Vereador Luiz Frare: Parcialmente você pode construir, tem uma parte que é preservação permanente. Como tem vários terrenos que vieram aqui, pra fazer desafetação ou permuta por quê? Porque as pessoas onde estão morando, é preservação permanente e estava trocando por um outro e não passou. Nenhum deles consta e todos eles têm o espelho aqui, que diz qual a metragem é útil e qual é preservação permanente, portanto acho que nós da Comissão de Economia e Finanças: Walmir Severgnini, Fernando Winter e Luiz Frare foram visitar *in loco* e tivemos oportunidade de verificar a situação dos terrenos. O senhor está enganado quando afirma que tem parque linear aqui no meio. Não tem! Vai ser construído parques lineares em várias regiões da cidade, inclusive onde o senhor colocou que tem lá um terreno. O que está se colocando aqui, é a autorização para o município elaborar um edital de licitação e venda pública dos imóveis. A regra da venda vai ser colocada depois de aprovado pela Câmara autorização, pra isso e aí vai constar prazo, se a pessoa tem que pagar a vista, vai em cada um deles, tem a situação de moradia invadida ou não, todos eles constam na planilha pra cada um que tenha interesse em visitar e de repente dar um lance pra comprar um imóvel. Claro que tem imóvel aqui, como o vereador Bocasanta acabou de me colocar que pode ser avaliado em 200 mil vai pra 250, 300, mas têm muitos que não vai ter comprador por causa da situação irregular dos mesmos, não do terreno em si. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: A audiência neste momento é interessante; por isso que era importante a emenda que o Paulo Porto e que assinei com ele, pra tirar pra uma discussão a parte esses moradores, famílias que moram nestes lotes há muito tempo. O município tem interesse em construir moradia para o povo e está construindo. Temos aí várias



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

situações que foram entregues esses dias, temos 16000 pessoas esperando pra serem sorteadas para uma moradia. Hoje, quando pegamos em torno de 40 lotes que são de famílias que tem algumas empresas não estou colocando as empresas nesta situação agora, são em torno de 80 famílias que já estão colocadas, já estão com sua moradia. Tem o caso da família do seu Sganela, que são 4 famílias no mesmo lote. São famílias que estão com suas casas há 50 anos, há 50 anos atrás, alguém permitiu que eles entrassem ali e estão até hoje. Ninguém os tirou, mas hoje em pleno 2015 viemos aqui pra tirá-los de lá. Concordo com o Luiz Frare quando ele diz que o lote pertence ao município, certo, mas temos que ver agora, uma questão social. Tem que ser feito um estudo. Quantas crianças têm? Vou dizer: nessas 4 famílias tem 4 crianças, 2 idosos, família aqui, que estão residindo nesse lote com suas casas há 50 anos. Agora vamos vender esse lote num leilão e o seu Zé comprou esse lote, vai entrar com ação judicial e vai fazer um despejo; temos que ter um pouco de sensibilidade neste momento, por isso dessa emenda. Tirar essas famílias dessa situação e aí sim, fazer um estudo a parte dessas famílias e fazer uma lei a parte, pra essas famílias; chamar a Cohavel e transferir esses lotes pra Cohavel e pedir que a Cohavel negocie com esses moradores. Agora tiramos 4 famílias do lote e vamos arrumar 4 Minha Casa Minha Vida, onde? Fizemos essa emenda e votei favorável ao projeto, mas hoje como essa emenda não passou, sou contrário ao projeto. Não sou contra vender os outros lotes, mas sou contra a situação dessas famílias, como fica? Agora quero chamar aqui, pra quem pensa na estabilidade psicológica dessas pessoas, a partir do momento que elas souberem que o lote que elas estão em cima vai ser vendido. Como fica a situação de 80 famílias, a pressão psicológica: vamos sair daqui e vamos pra onde? Em tempo de crise, desemprego, em que as situações que veem são muito difíceis e nós ao invés de agregarmos mais 80 famílias em uma estrutura, dar imóvel pra elas, nós estamos providenciando que 80 famílias percam sua moradia, porque pode ter certeza que tem empresários que vão comprar os lotes habitados por essas famílias; porque talvez vai ser vendido por preço mais baixo que o normal, porque tem uma questão jurídica depois pra ser resolvida. Vai ser comprado esse lote e vai vir uma pressão muito forte sobre essas famílias. Vamos ver muito em breve o noticiário da televisão, mostrando famílias sendo retiradas dos seus imóveis. Por isso o pedido para tirar essas famílias desse projeto e depois, fazermos uma lei pra elas que não recebi e nem vi nenhum estudo social sobre essas famílias, nenhum estudo social foi feito sobre as famílias. O estudo social que tem é que os vereadores fizeram e está aqui na nossa mão. Ninguém perguntou: quanto o senhor ganha, onde trabalha, está desempregado, quantos filhos, tem, qual sua renda? Só veio a situação, 50 anos que você está aqui e não pode mais ficar esse lote será vendido. Não é isso que queremos pra Cascavel. Queremos paz e moradia que é um projeto desse governo e esse projeto já é feito, reconheço e vamos deixar 80 famílias morar onde estão. – Vereador Jorge Bocasanta: Estava analisando a emenda nº 2 e ela é muito melhor que a emenda nº 1, sem dúvida. Não sou a favor da prefeitura ter lote pra criar rato e barata. E, também não queria ter um lote vazio perto da minha casa, de jeito nenhum! Se o lote não tem função social, ocupação pública





# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

deve ser vendido, porque a maioria desses lotes são depósitos de lixo; mas esses que já estão famílias morando dentro poderia chegar na família que tem 4, 5, ver fazer uns 100 meses, tipo Trivelato, Padovani e, enfim, alguém que venda falar: olha você já tem a casinha pronta podia vender pra eles, não precisa dar, vende, ou fazer um pequeno aluguelzinho de 10 reais por mês; diferentemente daquelas empresas que estão em cima do poder público e não pagam nada, daí estão me roubando porque se não pagar me processam. Pensando no social não tem dúvida, esses lotes nem deveriam ter sido posto a venda. Deveria o prefeito mandado vir aqui os 140 menos esses e, ver quanto ia arrecadar nesses 140 lotes e se arrecadar o suficiente deixa o pobre viver lá. Poderia ser um de nós que estivéssemos lá. Vamos tirar a casa? Temos que dar a casa pra o povo, a saúde, a moradia, a educação são direitos básicos da população. Por outro lado tem alguém, tenho que comprar pra ter minha casa, invadir, não. Temos que fazer a diferença, dar condição pra que esses moradores venham a adquirir os imóveis e contribuir como todos contribuem. Vejo que essa emenda aditiva é uma emenda muito inteligente, vamos vender o que está sobrando, aqueles que ninguém está desfrutando esses vão ficar em paz. Aqui o Silvio me passou, que tem um comodato do tempo do prefeito Tolentino, tem um senhor de 80 anos com filho deficiente que os caras querem mandar embora, o que é isso? Vamos primeiro mandar embora as empresas que estão em cima do patrimônio público, não sei. Veio na minha cabeça o bolão que tem ali na Minas Gerais com Rebouças, estão pagando aluguel, tem tanta coisa pra gente...foi pra o IPMC. Vamos deixar por último, porque tem muita gente que não vai comprar esses terrenos. Está tendo ali agora nesse fundão, criança pequena apavorada e o serviço público não é pra apavorar ninguém. O poder público e o serviço público, tentar fazer uma conciliação, chegar numa lógica e ver o que é melhor pra toda a população, não só os do centro. Aquele senhor que mora lá, de 80 anos, nunca vai pegar um ônibus. Tem que ser bom pra tudo e pra ser bom pra tudo e todos; tem que fazer uma coisa mais organizada. Por isso meu voto é contra esse parecer e gostaria que todos os vereadores que vejam o ser humano como ser humano e não como um objeto de lixo que votem pra derrubar este parecer. – Vereador Rui Capelão: Eu gostaria de dizer que na verdade, temos corrido atrás de lote dentro de Cascavel, pra esse determinado investimento. A Polícia Federal está esperando faz anos um local pra construir, ano passado já foi devolvido 11 milhões, se não me engano e está aí, o vereador Nei H. Haveroth que sabe desse fato. Por que não houve área destinada pra construir o prédio da Polícia Federal e também, nossa própria Polícia Civil está precisando de designação de área pra também construir. Tem projeto pronto na delegacia de polícia pra fazer uma nova 15ª e não temos área. Independente das áreas que falei ontem, pra construir algumas outras partes aí. Obrigado. – Vereador Professor Paulino: Começo com a fala do vereador Celso Dal Molin, gostei da sua posição vereador. Ontem, o senhor votou pela venda e, hoje o senhor observando, analisando o senhor muda de posição. Parabéns, a gente precisa ter essa liberdade é Interessante da sua parte. Fico assim, quando o Jorge Bocasanta fala de ter alguns lotes que tem que ser vendidos mesmo, podemos entender que tem lotes que precisam ser vendidos, mas o grande problema



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nosso é quando percebemos que temos lotes com gente morando em cima. Pra mim isso é um problema social. Como eu que sei que tem 8 famílias do lado da minha casa que ocupam lote que é um lote público, não têm documento e como vou passar todo dia na frente daquela casa, daquelas pessoas. Felizmente, não são lotes que estão relacionados aqui. Agora, pergunto: como esse vereador vai passar na frente da casa daquelas pessoas e dizer o seguinte: votei pra que você possa ficar sem seu terreno. Ora, como vou me posicionar na frente das pessoas que choram por um pedaço de terra? Lembro da época da colonização dessas terras e aqui, se estabelecia a lei do jagunço; passavam por cima com um aviãozinho e dizia: essa terra daqui ali é de fulano e pronto, mandava o jagunço lá expulsar as famílias da terra. Estamos criando essa figura aqui e, acho que nós falhamos, falhamos muito, quando a gente joga as pessoas ao léu. Acho que a função nossa, enquanto Poder público é criar políticas públicas pra resolver esse problema. Se tivesse chegado aqui: olha são tantos lotes ocupados, temos projeto pra essas pessoas pra colocar neste lugar e estamos determinando que essas pessoas terão espaço. A princípio sou contra a venda. A dor seria menor do que essa, de votar e passar na rua e ser abordado por aquelas pessoas, como fica o sentimento de um pai, uma mãe sabendo que a partir de amanhã assim que assinado esse projeto ele pode ser despejado? Já participei de despejo, dói muito, e é com polícia. Assim como nós no Estado, parabenizar nós professores e funcionários com o que está acontecendo. Dói, dói mais na gente do que naquele que está apanhando parece-me, mas a gente está vendo isso e estamos instituindo a figura do jagunço. Não quero ser cúmplice disso, portanto continua minha posição: terreno com gente não se vende, portanto minha posição continua dessa forma. Meu voto é contrário à venda desses terrenos, dessa forma. Digo, posso até dizer não sou contrário às vendas, sou contrário à forma que está sendo feita. Obrigado. – Vereador Paulo Porto: Fiz uma emenda, nº 2, emenda que preconizava a retirada dos terrenos onde houvesse ocupação, ainda que seja irregular. Essa emenda foi derrubada por 2 pareceres contrários. O parecer da Comissão de Justiça que foi um arrazoado confuso, a respeito do que é ocupação regular e irregular e uma defesa descabida da propriedade privada digna do *Opus Dei*, num discurso equivocado e conservador. E na Viação e Obras o argumento de que a emenda incentivava a ocupação irregular. A minha emenda não incentivava ocupação irregular, incentivava a regularização. Incentivava que o município que vem se omitindo se sente com as famílias e regularize. Tenho certeza que as famílias gostariam da regularização, então em nenhum momento se incentivou a ocupação, se incentiva a regularização que é direito dessas famílias. Por isso os 2 pareceres: da Comissão de Obras e de Justiça; o da Justiça foi injusto porque foi conservador, enviesado e ideológico e o da Viação e Obras foi absolutamente equivocado no mérito, devido a isso a minha emenda não pôde ser votada e, sequer foi a Plenário que preconizava a retirada dos terrenos. Por tudo isso um projeto que já era ruim se tornou intolerável de ser aprovado. Não é possível que a contrapartida do Bid seja as custas de famílias carentes e nós estamos votando isso hoje, se votar dessa maneira. Não é possível que um município, uma metrópole como



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nós somos e que falamos de boca cheia, nós temos que pra pagar o Bid, nós temos que despejar 80 famílias carentes dessa metrópole em construção. E aí me vem à memória os discursos que ouvi nesta Casa em defesa da família, todo mundo aqui defende a família, tem até uma Frente em Defesa da Família, se não me engano. Vereadores, as famílias estão ali, defendam essas famílias. São essas famílias que temos que defender e não de forma abstrata no discurso. Nós defendemos as famílias, ali estão às famílias que necessitamos defender em Cascavel e parece que não vamos defender. Me preocupada a posição dessa Casa, caso aprove esse projeto dessa maneira. Seria tranquilo se aprovasse a emenda, não haveria problema. Eu acho ruim se vender imóvel pra pagar o Bid, mas é razoável. Agora, se vender imóvel com gente morando, colocando em risco o despejo de famílias carentes, isso não é razoável, é intolerável e estamos votando isso. Espero que não aprove e peço voto contrário; lembrando que há 10 meses atrás a Defensoria Pública de São Paulo anulou um leilão de 60 imóveis públicos que tinham famílias carentes. Caso esse absurdo aconteça hoje, de aprovar dessa maneira convido vocês a discutir legalmente uma maneira de se anular essa decisão, tendo como precedente a Defensoria Pública de São Paulo. O nosso mandato, creio que do Professor Paulino e Bocasanta está à disposição, neste sentido, e do vereador Celso Dal Molin. E caso aconteça de suas áreas serem vendidas e vocês forem despejados por causa da especulação imobiliária, acampem aqui no estacionamento, venham pra cá, venham em frente à prefeitura, porque o despejo de vocês se ocorrer está nascendo agora, nesta Casa e com aval desses vereadores. Então venham, ocupem, acampem, nos cobrem, se isso acontecer. O meu gabinete está à disposição. – Vereador Professor Paulino: Colaborando com sua fala me vem na mente uma situação penosa, a chamada guerra do Contestado. O que se fez lá? A guerra do Contestado, legitimar uma questão injusta, pra nós é a guerra dos pelados, como aconteceu? Se construiu uma estrada de ferro que tem até hoje a figura do José Maria ainda está lá e pra pagar aquela estrada vendeu o povo que estava junto e vendeu 20 quilômetros de cada lado da estrada e as pessoas foram lá até a últimas consequências. Não entregaram enquanto tivesse uma gota de sangue, a chamada guerra dos pelados. Está na história, verifique quem quiser assista. Obrigado. – Vereador Paulo Porto: Ontem, citei Geraldo Vandré. “Porque gado a gente marca, tange, fere, engorda e mata, mas com gente é diferente”. Quero continuar sendo Vandré, em relação a essa votação. Ontem, votei a favor desse projeto na esperança que a emenda passasse e a música continua assim, de Geraldo Vandré: “Se você não concordar não posso me desculpar, não canto pra enganar; vou pegar minha viola e vou cantar noutro lugar”. Vou votar contra o projeto, porque não se aprovou a emenda e peço voto contrário de todos os vereadores. Muito obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: É importante falar também, como o vereador Celso Dal Molin falou aqui, precisa passar pra Cohavel pra regularizar as áreas e também, quero que o município pense cada caso. A Secretaria de Ação Social que deve ter o cadastramento das pessoas que precisam ser atendidas pelo município e deve ter atenção especial pela Secretaria de Ação Social e que o município pense exatamente em cada família que



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tem nestes locais. Mas também é falso dizer pra as pessoas que estão aqui, que não passa por essa Casa autorizar o município a transferir ou fazer qualquer tipo de negociação com as famílias que lá estão. Precisa passar por essa Casa, essa autorização pra que o município na forma da lei até mesmo passe pra Cohavel e que essas pessoas, tenham preferência na aquisição desses terrenos, porque é essa Casa que vai ter que dar essa autorização, seja neste momento ou no outro. Não vai negociar com as famílias que estão morando lá, sem essa Casa. Também gostaria de falar o que foi citado várias vezes, a questão dos terrenos pra 15ª, pra própria Polícia Federal, Rui Capelão e perguntei esses dias se a Polícia Federal ou a 15ª tinha feito um pedido oficial ao Poder Público, solicitando área pra construção e a resposta foi negativa. Então como você quer uma área do município, se você não protocola e não faz a solicitação? Então temos que ter coerência neste sentido. Outra coisa, a 15ª tem a área dela ali e se quiser construir naquela área é só tirar os carros que tem capim crescido lá, pé de colônia que já cimentou 3, 4, 5 anos dentro dos carros velhos estacionados e, tem uma área muito grande de terra ali. É só por um projeto adequado naquele espaço físico. Só pra justificar que existe possibilidade de áreas diversas no município, pra fazer todos os bens públicos que o nosso município precisa. Também não sou a favor da injustiça social e as pessoas que tiverem o direito social que provar lá; o município tem que dar atenção especial. Agora, cabe aos vereadores das Comissões e nós, enquanto vereadores cuidar de cada caso, juntamente com o Poder Executivo pra que não se cometa injustiças. Não adianta dizer que, nós estamos condenando as pessoas a perderem suas propriedades. Se tem um prefeito que cedeu área pra uma família e não regularizou e não concedeu pra ela a área teria que ser denunciado esse prefeito, porque ele fez um ato ilegal e essa Casa não pode passar por cima dessa irregularidade. – Vereador João Paulo de Lima: Hoje, infelizmente ouvi discurso demagogo, vereador Paulo Porto. Ontem, os vereadores de Diamante até se assustaram, o senhor falou: eu voto; depois não voto e ficou esquisita sua fala; ou é ou não é. Estamos votando aqui um projeto de autorização ao Executivo e o senhor estava na audiência pública. Aqui vou defender, dizer que como essas famílias que estão há tanto tempo nestes terrenos, como vão ser jogadas de lá? Isso é inconcebível. Tem que ser autorizado o município a fazer esse projeto, pra que então negocie com as famílias. Eu nunca vi aprovar aqui e jogar as famílias goela abaixo, vamos por ordem, vamos por situações. É muito fácil falar pras famílias: vocês estão saindo amanhã das suas casas. Esse vereador é o primeiro a ser contrário. Ontem encontramos aqui, os secretários do prefeito, eles mesmos se responsabilizaram sobre essa situação. Acho que não tem como e digo isso porque, eu serei o primeiro também, a defender essas famílias, caso seja um despejo como estou vendo aqui que os senhores estão comentando. Acho que é o momento de nós podermos preservar essas famílias, se elas estão 50 anos lá, alguém colocou; mas tem que regularizar e não adianta a gente tapar o sol com a peneira. Esse é meu desfecho e queria somente contribuir com Vossa Excelência, dizer que: é muito fácil jogar aqui pra torcida confetes e tudo mais, mas precisamos também, fazer uma autorização pra que essas famílias





# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tenham também, a posse da documentação da prefeitura o que acho que é o mais importante. – Vereador Nei H. Haveroth: Já conclui, presidente. Não sei se o vereador Luiz Amélio Burgarelli... – Presidente: Seu tempo acabou Nei H. Haveroth. (-Peço a palavra) Com a palavra Vereador João Paulo de Lima. (- Um aparte) – Vereador João Paulo de Lima: Pois não. - Luiz Amélio Burgarelli: Na gestão passada, só queria lembrar que passou por essa Casa um terreno destinado à Polícia Federal, houve um estudo, seria aqui perto e não foi aceito. Passou depois pra uma região próxima ao Detran e as razões porque se construiu ou deixou de construir, desconheço. Se tem gente que tem terreno bom na cidade ainda, é o governo federal. Tem uma área gigante na região que a gente chama de Incra e de quem é aquilo? O que estão fazendo lá? São pequenos alojamentos envelhecidos que não pagam impostos na área nobre de Cascavel. É de se pensar; não só essa área como outras que estão “inutilizadas” pelo Poder Público e que não se destinam a nada. Acho que era hora dessa Casa pensar também, nesta parte. (-Um aparte) – Vereador Jaime Vasatta: Estava ouvindo atentamente a fala do vereador Paulo Porto, sou um admirador da fala, do seu debate, mas chegou em determinado tempo da sua fala que dá a impressão: invadem e depois regularizamos. Acho assim, que daqui a pouco, você que é um grande defensor de causas indígenas hoje, há uma invasão grande de terras indígenas que os fazendeiros estão...realmente invadindo as terras deles. Mas o parecer da nossa Comissão, juntamente com o Vanderlei Augusto da Silva e o Aldonir Cabral demos um parecer técnico, não fomos injustos. Fomos justos até porque o parecer não se define só pela Comissão, o Plenário é que decide. O que a Comissão pôde fazer nós fizemos e fomos justos. Respeito sua opinião dizendo que cometemos uma injustiça em relação a nosso parecer, mas fizemos a coisa correta no que diz o nosso Regimento e a assessoria técnica jurídica que deu apoio neste parecer. Obrigado vereador João Paulo de Lima. – Vereador Jorge Bocasanta: No Incra foi pedido, já na época do governo Lula que o movimento pra casas sociais e o Pedrinho Silvério e o Alfredo Kaefer pediu pra fazer uma praça ali. João Paulo de Lima, te digo o seguinte: tu nunca participou de um despejo, a partir do momento que esses terrenos forem vendidos o dono chama a polícia e manda tirar; é cacete pra todo lado e não tem; a lei é soberana. Se nós temos que fazer alguma coisa pra essa gente, tem que fazer antes; porque depois que alguém comprou, entra na Justiça, cachorro, policial, polícia ou cacete. Vejo em Curitiba hoje, a própria polícia. Os professores lutando a favor da polícia e a polícia descendo o cacete contra eles mesmos, vamos dizer assim. A partir do momento que for leiloado e tiver um dono, vão tudo pra o cacete e vão ser despejados sim. Obrigado. – Vereador Pedro Martendal: Infelizmente ontem, não pude participar dessa discussão, estava em Curitiba, a fim de participar de uma audiência pública do Plano Estadual de Educação. Quero abordar 2 pontos, na minha visão importantíssimos. Não temos aqui o líder do governo, mas eu deixo a sugestão que: o ideal seria a retirada desse projeto e desdobrá-lo em 3 projetos. Primeiro ponto, a questão dos terrenos invadidos. O valor que será vendido vai ter que ser um valor menor, porque ninguém vai pagar o valor de mercado de um terreno invadido. Esse



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

valor que será vendido a menor, chame as pessoas que estão em cima; negocia com eles e venda pra eles. Segundo ponto, não menos importante desse projeto e, que me preocupa muito é a questão dos terrenos da Avenida Tancredo Neves. Temos lá uma avaliação de 12 milhões e meios, onde funciona a Secretaria de Obras. A transferência da Secretaria de Obras vai custar 7 milhões. A prefeitura não tem orçamento, previsão nenhuma, sabemos como isso é difícil, arrumar outro local, licitar obra da nova sede da Secretaria de Obras vai demorar tempo e isso também, vai inflacionar. O valor não será os 12 milhões, provavelmente porque quem for comprar, vai querer comprar, não pode utilizar se a Secretaria ficar lá até arrumar novo local, fazer projeto, transferir, a prefeitura vai ter que pagar aluguel desse imóvel. Então, 12 milhões menos 7 que vai gastar, sobra 5; tira mais o aluguel, alguma coisa, projeto e tal e; não sobra nada. Entendo que aquela é uma área nobre. Temos a Secretaria de Saúde que paga aluguel, a Secretaria de Educação que paga aluguel e por que não no futuro, a gente transferir pra lá e construir a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde, naquele local. Local de fácil acesso, avenida, ônibus, fácil de indicar, não muito longe do centro cívico; ficaria prático. Por esses 2 motivos, meu voto será contrário, porque entendo que os imóveis que estão ocupados deverão primeiro, por uma questão social ser resolvidos. E os imóveis da Secretaria de Obras, não vejo, analisando economicamente qualquer vantagem para o Poder Público fazer essa venda. Só vejo prejuízo pra comunidade e como represento essa comunidade, peço o entendimento do Executivo, mas discordo. Aqueles imóveis não podem ser vendidos. Obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: Estou na mesma linha do senhor aqui, Pedro Martendal. Preciso deixar registrado nesta Casa o meu posicionamento de voto contrário a esse projeto. Ontem votei contrário e continuo contrário, porque vejo que a prefeitura não teria nenhuma necessidade de enviar um projeto com esse monte de terrenos, o original 117 terrenos pra venda. Poderia ter mandado os terrenos que ela realmente quer vender, que é o que interessa pra o Executivo. Nós entendemos que, o que interessa pra o Executivo vender hoje, é onde o Pedro Martendal falou e que estava anotado aqui também, que é na Tancredo Neves; 2 terrenos juntos na Paraná que são 4 milhões e pouco, 12 milhões e mais uns terrenos maiores que tem na cidade. Isso é o que interessa pra prefeitura vender. Esses terrenos de 20, 30 mil onde tem pessoas morando em cima, poderia achar outra solução. Essa Casa podia legislar de outra maneira. O Executivo podia mandar diferente, não precisava enfiar aqui todos esses terrenos pra se ser uma cortina de fumaça, pra dar discussão somente em cima dos terrenos invadidos; porque é isso que está sendo discutido aqui, na Casa e na mídia. O interesse do prefeito é vender a parte boa, o filé mignon da cidade e qual interesse tem vender o filé mignon? Deve ter comprador interessado em comprar. Isso é óbvio. Só isso! O prefeito podia ter economizado nossas discussões políticas com essa cortina de fumaça, que é colocar os terrenos invadidos junto com os terrenos que ele quer vender. Também o prefeito assinou uma obra de 30 milhões e tanto, sem ter contrapartida do caixa. Vai fazer a contrapartida com os terrenos, com o capital que tem no município e como ele tinha certeza que conseguiria esse dinheiro? Ele precisava dos votos dos vereadores. Será



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que ele tinha certeza absoluta que conseguiria vender os terrenos pra assinar os contratos? O meu voto tenho certeza que ele não sabia, se eu seria favorável ou contra; apenas que muitos votos sou contrário ao prefeito. Se ele tivesse colocado aqui o projeto em separado, falando: nós precisamos vender isso aqui, por esse motivo daqui a pouco, votaríamos até favorável; mas agora, colocando esses terrenos como cortina de fumaça? Nós sabemos que todo projeto vem uma cortina de fumaça, mas essa cortina aqui é aquela bem complicada. Gostaria aqui, mesmo sabendo que poderei ter uma resposta negativa, mas quero encaminhar um pedido de vistas pra que a gente possa discutir esse assunto na semana que vem. Obrigado. – Presidente: Pedido de vistas formulado pelo vereador Jorge Menegatti; em discussão o pedido de vistas. – Vereador Luiz Frare: O pedido de vistas que o Jorge Menegatti está solicitando é inconcebível. Primeiro, nós fizemos uma audiência pública, onde 16 vereadores estiveram aqui. – Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem. Não é inconcebível. – Presidente: A palavra está com o vereador Luiz Frare que está argumentando contrário ao seu pedido de vistas, vereador. Estamos num debate democrático. – Vereador Luiz Frare: Vou tirar a palavra inconcebível e dizer que não cabe, porque houve uma discussão ampla. Uma audiência pública em que 16 colegas nossos compareceram aqui e inclusive, Pedro Martendal, se você estivesse aqui, você viu que as dúvidas que apareceram foram elucidadas pelo secretário e dentre as dúvidas que você apresentou agora, sobre o preço dos imóveis foi questionado e foi respondido e ninguém replicou a pergunta; então deduz-se que satisfatória a resposta. Segundo, o projeto está tramitando nesta Casa há mais de 60 dias. Todos os vereadores receberam, tiveram a oportunidade de visitar os terrenos *in loco*, os imóveis que vão ser leiloados. Todos os vereadores tiveram condições de participar da audiência que foi feita. Alguns saíram daqui, elogiando a postura do representante do Poder Executivo, Alessandro Lopes, que é da Secretaria de Planejamento. Dizer o seguinte: quando foi iniciado a discussão do projeto do Bid, há anos atrás a situação econômica do Brasil era uma, embora como você diz Jorge Menegatti, uma cortina de fumaça que aliás tem decalque do Professor Paulino que falei pra ele: Dilma, estou torcendo pra ela ficar, porque é injusto o que fizeram com o Collor e estão fazendo com a Dilma, agora. Ela tem que administrar esses 4 anos, com todos os equívocos que a equipe econômica e ela juntos cometeram neste país. De lá pra cá, quando foi iniciado o projeto do Bid, sim e entre as coisas que faltaram está aquele recurso que, quando o orçamento de valores veio pra essa Casa dizendo: a planta genérica de valores precisa ser aumentada em 35%, ela foi aumentada pra 20% e aí houve uma defasagem de 6 milhões de reais. Quando nós tivemos aqui nessa Casa, o orçamento do ano passado aprovado e está inserido no orçamento um aumento de 6%, pra o funcionalismo público tinha previsão que a inflação ficasse dentro da meta. – Vereador Jorge Bocasanta: Questão de ordem, ele está fora da... – Vereador Luiz Frare: Não estou fora, já cheguei no que você quer; e então se nós formos pegar em junho do ano passado quando tínhamos uma inflação próxima de 4,5 e 5% o município inseriu 6 e hoje está em 8 e pouco, a arrecadação do município não é suficiente pra cobrir esses gargalos que



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ficaram. Jamais aqui na Câmara a Câmara recebeu venda de imóveis ou solicitação pra autorizar vender imóveis e disse: “esse dinheiro vou usar pra aquilo.” Até pouco tempo atrás, durante 7 anos que estive lá, nós leiloamos imóveis e o dinheiro vai pra o caixa único. E, se, tomara que aconteça o que o Jorge Bocasanta falou, mas não vai vender 32 milhões de reais do terreno e se vender vai faltar mais 32, porque o projeto é pra 4 anos. Nós estamos fazendo este ano e ano que vem; o próximo prefeito vai ter que concluir essa obra, portanto peço aos senhores vereadores que não acatem o pedido de vistas, porque o projeto já foi amplamente discutido nesta Casa. – Vereador Celso Dal Molin: Quero dizer ao vereador Luiz Frare que estive na audiência pública e participei dela e foi sensacional; muito boa! Só que depois que apresentou todos os itens da venda desses lotes, fomos estudar o projeto, ver os lotes, visitar as famílias, uma por uma e encontramos empresas em cima de lotes públicos que queremos que venda; mas encontramos famílias em cima de lotes com criança e tudo mais. Nós estudamos, fomos atrás e como ontem foi votado o projeto, votei a favor porque tínhamos uma emenda pra tirar o que nós vereadores, alguns achavam que não estava completando esse projeto; porque queríamos tirar essas 40 famílias, estudar a situação delas a parte, para que possamos melhorar a situação delas. Não acredito que o lote dessas famílias vai fazer diferença no valor que tem que levar para dar contrapartida ao Bid. Então estudamos, fomos atrás e não houve estudo social das famílias, não foi trazido. Nós fomos atrás e encontramos lote com 4 famílias, crianças, idosos e não podemos aceitar isso. Concordo que não pode ter invasão, mas esses já estão lá. Participei da audiência pública, gostei da explicação e, ontem votei a favor acreditando que essa Casa ia aceitar hoje, essa emenda e que não era pra tirar o lote da Tancredo Neves, que vale 8 milhões não. Não era uma emenda pra tirar lotes com valor alto. É uma emenda pra tirar 40 lotes de 80 famílias, pra serem elas prestigiadas e continuarem tendo sua moradia e continuarem residindo lá. Então quero pedir voto favorável ao pedido de vistas do nosso colega. – Vereador Paulo Porto: Peço a palavra. – Presidente: Antes de Vossa Excelência usar a palavra, gostaria de pedir o bom senso dos senhores vereadores. Já ouvimos o vereador Luiz Frare e Celso Dal Molin, um favorável e o outro contrário. Estamos discutindo o pedido de vistas, até porque ainda terá a discussão do mérito do projeto; então acho cansativo e desnecessário ficar discutindo a mesma coisa várias vezes. Em discussão o pedido de vistas, com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Serei objetivo, o pedido de vistas voto favorável, porque temos um problema. O problema não é apenas a dilapidação do patrimônio público pra pagar uma conta mal feita, como falou o Luiz Frare. Ele deixou bem claro, desenhou de maneira muito competente. O município não tem dinheiro, porque calculou mal por má gestão e como não tem dinheiro por má gestão, necessita vender os terrenos. Ponto. Foi o que o Luiz Frare falou e, estou traduzindo. Até aí tudo bem, já estou acostumado com esse Executivo confuso. Okay, agora, por que procede o pedido de vistas? Pra se procurar uma solução em comum acordo com o município, pra essas 80 famílias. Tenho certeza, porque isso quem me repassou foi o vereador Celso Dal Molin e o Silvio que acompanha as famílias. Não





# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

houve nenhum estudo, nenhum diagnóstico com essas famílias, nenhum! Não foram sequer consultadas, no sentido de qualquer diagnóstico social e podia ter sido feito. Não vi essas famílias nessa audiência, sequer souberam dessa audiência; creio eu e podiam estar aqui, na audiência. Uma série de equívocos e que não podemos dar prosseguimento com o equívoco maior, que é aprovar esse projeto e por isso, na expectativa e na esperança de um bom senso de se buscar uma solução pra essas 80 famílias, pra que não haja eventual despejo, caso o leilão se efetue; eu peço voto favorável ao pedido de vistas, pra ganharmos tempo e procurar soluções. E pra que o Bid não se pague com o despejo eventual de 80 famílias; peço voto favorável ao pedido de vistas. Obrigado. – Vereador Pedro Martendal: Meu nome foi citado pelo vereador Luiz Frare, e com todo respeito que tenho pelo seu brilhante trabalho como vereador e anterior, como secretário; estive sim na audiência pública. Muito boa, explicaram, mas a discussão é em Plenário. Lá foi o primeiro contato, a partir dali é que vamos tomar pé do valor, consequências. Mandei um ofício para o Executivo, pedindo qual seria o investimento pra transferir a Secretaria de Obras. Tenho por escrito aqui, os 7 milhões da transferência não achei em qualquer lugar, veio informação de lá e com dados concretos. Esse período entre a audiência pública e a votação de ontem e hoje, é exatamente o momento para que os senhores vão saber do valor, as aplicações todas, todos os detalhes. Estive aqui, foi muita boa a reunião, mas embasou no nosso pensamento que está sendo discutido hoje: avaliação, o mercado hoje é mais ou menos mil por metro quadrado; com essas ponderações peço voto favorável ao pedido de vistas, pra que discutamos essa questão transferência da Secretaria de Obras e também, a solução pra os terrenos ocupados. Obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: Nobre, vereador Luiz Frare, o senhor que já conheço lá do Banestado, muito competente. O senhor deve ter visto aí que, mostramos agora pouco, no dia 1º de abril veio pra essa Casa a retirada de 5 terrenos do loteamento Mantovani, um de 6 mil m<sup>2</sup>, outro de 1000, 10000, 5000 m<sup>2</sup> retirado; então tinha equívoco no projeto. Acredito que ainda tem e nós poderemos ter mais uma semana que seja, conversando com o Executivo, pra que possam ser retirados mais alguns terrenos que vieram equivocadamente, pra esse projeto. Por isso, peço voto favorável ao pedido de vistas. Obrigado. – Vereador Professor Paulino: Considero o senhor Luiz Frare. Todos temos admiração pelo seu trabalho técnico, mas vejo pertinente o pedido de vistas e que pudéssemos, neste momento e com essa reflexão retirar os lotes que tem pessoas em cima. Vejo que não há necessidade de termos um desgaste desses aqui, inclusive preservando essa Casa, porque pelo que sei; nós vereadores aqui estamos todos imbuídos de resolver os problemas desse município e ficaríamos muito tranquilos, poderíamos dormir muito sossegados, sabendo que nós estaríamos com nosso voto aqui praticando uma injustiça. Como falávamos anteriormente, autorizar a venda de terrenos que estão ocupados com moradias, coisa sagrada. Como bem disse o vereador Paulo Porto antes, nesta Casa que arvora com a leitura da Bíblia quase todo início de mês aqui, como vamos num momento desses, os cristãos dessa Casa vão votar contra a moradia? Vamos votar a favor da retirada das pessoas? Vamos entregar



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

peessoas num negócio como falei antes, num negócio como falei antes com os gringos dos Estados Unidos, do Bid. – Presidente: Vereador Professor Paulino, por favor; peço a gentileza de Vossa Excelência que se restrinja ao pedido de vistas, senão serei obrigado a exercer a força dessa presidência e encaminhar a votação, pra não permitir divagação sobre o pedido de vistas. – Vereador Jorge Bocasanta: Pra os amigos a lei e para os inimigos os rigores da lei. – Presidente: Permitti que todos falassem o bastante sobre o pedido de vistas, acho que já está clara a discussão. Por favor, conclua Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Estou fundamentando o meu pedido de vistas é procedente, por isso, pra arrumarmos o que está errado. Agora se quiser receber as pessoas dessa forma tudo bem, eu entendo que o pedido de vistas procede, no sentido de a gente poder inclusive debater, ir adiante e resolver a situação sem maiores problemas. Peço voto favorável ao pedido de vistas. – Presidente: Em votação o pedido de vistas, formulado pelo vereador Jorge Menegatti. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Rui Capelão, Professor Paulino, Pedro Martendal e Paulo Porto) (Foram contrários, os vereadores: Aldonir Cabral, Fernando Winter, João Paulo de Lima, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Waldir Severgnini) – Secretário: Com 12 votos contrários e 7 votos favoráveis; pedido de vistas rejeitado. – Presidente: Pedido de vistas fica prejudicado, vereador Jorge Menegatti, com 12 votos contrários e 7 votos favoráveis. Continua em discussão o Projeto de lei nº 18/2015. Em segunda votação o Projeto de lei nº 18/2015; proceda votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, João Paulo de Lima, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Waldir Severgnini) (Foram contrários, os vereadores: Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Rui Capelão, Professor Paulino, Pedro Martendal e Paulo Porto) – Secretário: Com 12 votos favoráveis e 7 votos contrários; Projeto de lei nº 18/2015 aprovado em segunda votação. – Presidente: Com 12 votos favoráveis e 7 votos contrários; Projeto de lei nº 18/2015 aprovado em segunda votação. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei 24/2015, que dispõe sobre alteração na lei municipal nº 6.447, de 4.2.2015, que dispõe sobre os vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Cascavel, sobre os valores das funções gratificadas e de confiança e dá outras providências; de autoria da mesa diretora; em discussão o projeto. Em segunda votação o Projeto de lei nº 24/2015 dispõe sobre alteração na lei municipal nº 6.447, de 4.2.2015, que dispõe sobre os vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Cascavel, sobre os valores das funções gratificadas e de confiança e dá outras providências; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Registre-se os votos contrários dos vereadores: Jorge Menegatti, Jorge Bocasanta e Rui Capelão e; aprovado pelo restante dos vereadores presentes. Em única discussão e votação a emenda nº 1 ao



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de resolução nº 1/2015, de autoria da Comissão de Justiça que altera o *caput* do artigo 143 do Regimento Interno; em discussão a emenda. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Emenda nº 1 ao Projeto de resolução nº 1/2015 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em segunda discussão e votação o Projeto de resolução nº 1/2015, que altera o *caput* do art. 143 do Regimento interno, do horário pra apresentação de emendas de autoria dos vereadores: Celso Dal Molin, Jorge Menegatti, Pedro Martendal, Cláudio Gaitero, Ganso Sem Limite, Aldonir Cabral, Professor Paulino, Nei H. Haveroth, João Paulo de Lima, Luiz Frare, Robertinho Magalhães e Rui Capelão; em discussão o projeto. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Projeto de resolução aprovado em segunda votação, pela totalidade dos senhores vereadores. Em segunda discussão e votação o Projeto de resolução nº 3/2015, altera a resolução nº 1/ 2015, que dispõe sobre a estrutura organizacional e o plano de carreira, cargos e vencimentos da Câmara Municipal de Cascavel, de autoria da mesa diretora; em discussão o projeto. Em votação; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Registre-se os votos contrários dos vereadores: Jorge Menegatti, Jorge Bocasanta e Rui Capelão; projeto de resolução aprovado pela totalidade dos vereadores restantes. Em segunda discussão e votação o Projeto de resolução nº 4/2015, que altera a resolução nº 4/1975 Regimento Interno das lideranças e dos blocos parlamentares, de autoria da mesa diretora; em discussão o projeto. Em votação o Projeto de resolução nº 4/2015 que altera a resolução nº 4/1975 Regimento Interno das lideranças e dos blocos parlamentares; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Registre-se o voto contrário do vereador Jorge Menegatti; Projeto de Resolução nº 4/2015 aprovado pelos demais vereadores presentes. Antes de terminar a ordem do dia é necessária a aprovação da ata da 23ª e 24ª sessão ordinária, realizada dias 22 e 23/04/2015; em discussão as atas. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos os requerimentos que passo a ler na sequência. Requerimento nº 165 de autoria do vereador Professor Paulino, que requer ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, informações acerca de possíveis projetos de melhoria e ampliação de atendimentos destinados ao Centro Esportivo Manoel Messias de Souza, Jardim Colonial, na forma que especifica. Requerimento nº 166 de autoria do vereador Professor Paulino, que requer ao Poder Executivo Municipal por meio da Secretaria Municipal de Educação, acerca de quais escolas municipais aderiram ao Programa Mais Educação do governo federal e quais campos de atuação são desenvolvidos (acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo de ciências da natureza; educação econômica), na forma que especifica. Requerimento nº 167 de autoria do vereador Luiz Amélio Burgarelli, que requer



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

informação ao Poder Executivo Municipal, sobre a aplicação da lei municipal nº 5.834/2011, a qual cria o “Programa Municipal de Homeopatia na Secretaria de Saúde de Cascavel”, quanto a sua execução, implantação e quais unidades de saúde são beneficiadas. Em caso de resposta negativa, elencar os motivos que impedem sua implementação, na forma que especifica. Requerimento nº 168 de autoria do vereador Luiz Amélio Burgarelli, requer informação ao Poder Executivo Municipal sobre a aplicação da Lei Municipal nº 5.835/2011, a qual “autoriza de forma gradativa a implantação da acupuntura na rede municipal de saúde de Cascavel, quanto a sua execução, implantação e quais unidades de saúde beneficiadas.” Em caso de resposta negativa, elencar os motivos que impedem sua implementação, na forma que especifica. Requerimento nº 169 de autoria do vereador Rui Capelão, que requer cópias das plantas dos loteamentos realizados nos últimos 04 (quatro) anos em Cascavel-PR, com seus devidos memoriais descritivos. Requerimento nº 170 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto que requer informações ao Núcleo Regional de Educação, a respeito da formação continuada dos professores, demanda de vagas nas escolas estaduais da região norte, e sobre melhorias e ampliação da infraestrutura do colégio do Interlagos, conforme especifica. Requerimento nº 171 de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que requer informações a Secretaria Municipal de Educação a respeito da formação continuada dos professores, do termo de ajustamento de conduta, referente às vagas nos Cmei’s e da real demanda de vagas nos Cmei’s e escolas municipais da região norte. Requerimento nº 172 de autoria do vereador Jaime Vasatta ,que requer voto de louvor e congratulações aos garis da cidade de Cascavel, por seus relevantes trabalhos prestados a esta municipalidade, bem como, pelo dia do gari, conforme especifica. Requerimento nº 173 de autoria do vereador Pedro Martendal, que requer à Secretaria Municipal de Saúde, informações referentes à entrega de medicamentos em unidades de saúde do município, sobre quais as unidade de saúde que efetuam entrega e os horários de dispensa de medicamentos nas mesmas. Requerimento nº 174, do vereador Pedro Martendal, requer ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - Der-PR, Delegacia Regional de Cascavel, informações referente às isenções de passagem na praça de pedágio na BR 277, saída para Curitiba, sobre credenciamento, critérios para concessão e número de veículos que passam pela praça de pedágio. Requerimento nº 175 de autoria do vereador Professor Paulino, requer ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, informações acerca da ausência de medicamentos de uso contínuo distribuídos nas farmácias básicas, na forma que especifica. Orientado que fui pelo...o requerimento nº 172 sendo voto de louvor, não necessita deliberação deste Plenário. Pergunto aos senhores: se há consenso na deliberação dos requerimentos. – Vereador Luiz Frare: Peço destaque ao requerimento nº 169. – Presidente: Vossa Excelência, pretende encaminhar voto contrário, vereador? – Vereador Jorge Menegatti: Não temos líder da oposição, mas acredito que podemos encaminhar voto favorável a todos. – Presidente: Obrigado, vereador Jorge Menegatti; então destacando o requerimento nº 169, coloco em





# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

discussão os requerimentos nº 165, nº 166, nº 167, nº 168, nº 170, nº 171, nº 173, nº 174, nº 175, nº 176 de 2015; em discussão os requerimentos. Em votação; os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; requerimentos aprovados pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos então, a discussão do requerimento nº 169 de autoria do vereador Rui Capelão, que requer cópias das plantas dos loteamentos do município de Cascavel; em discussão o requerimento 169. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Novamente um requerimento Pedro, pedindo a mesma coisa de 3 semanas atrás. Não lembro qual vereador fez o requerimento, mas ele pede entre outras coisas a planta dos loteamentos aprovados de janeiro pra cá. E agora veio o mesmo enfoque: requer as plantas dos loteamentos do município de Cascavel. Não sei o que vão fazer com as plantas, mas acho que já tem pedido na frente, pra responder essa questão. – Vereador Rui Capelão: Certamente o vereador Luiz Frare não sabe o que fazer com as plantas, mas eu como vereador e responsável pela fiscalização dentro do município, inclusive com nossas empreiteiras ou imobiliárias que fazem os nossos loteamentos, tenho a obrigação de verificar como estão sendo feitos esses loteamentos. Há poucos dias, um vereador, não sei se foi o Walmir Severgnini, que reclamou que a rua que era pra ter 7 metros e tinha 6,40. Isso aí, passa batido e sabemos que hoje, a Secretaria de Obras não fiscaliza como deve os nossos loteamentos; então cabe a nós, fazer essa fiscalização. Lamentavelmente, quero dizer que mandei um assessor meu na Secretaria de Planejamento pedir cópia de um planejamento e disseram que se quisesse fosse pedir na imobiliária, que não iam fornecer pra mim. Por que não vão fornecer a cópia do loteamento, pra esse vereador pra que ele tenha conhecimento, disso aí? Acho que está totalmente errado. De 4 anos pra cá que teve bastante loteamento dentro de Cascavel, temos que olhar como está a situação desses loteamentos, temos que ver asfalto, área de preservação, de utilidade pública, como está sendo encaminhado o meio fio, tubulação de água e assim sucessivamente. Acho que temos um grande compromisso com essa cidade que é tão defendida hoje, dizendo que é a cidade do futuro e nós aqui, não estamos interessados em fiscalizar os loteamentos dos nossos bairros. Portanto acho isso fundamental e até convido os demais vereadores que quiserem fazer esse trabalho comigo será um grande prazer. Há uma necessidade de fiscalizarmos, não podemos entregar a cidade como está entregue aos loteadores pra fazerem as coisas como estão fazendo. Isso é um absurdo! Eu vou fazer minha parte e correr atrás dessas plantas. Por isso, peço voto favorável aos senhores. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Que tal o senhor aguardar a resposta daquele requerimento e de repente pegar cópia das plantas, com o vereador proponente? – Vereador Rui Capelão: Não tenho conhecimento desse requerimento, esse requerimento que passou por aqui era até de uma forma parecida, mas não era, esse o pedido que fiz. Se o senhor apresentar o requerimento dizendo que é a mesma coisa do requerimento, tudo bem. Mas tenho acompanhado os requerimentos e não vi nenhum passar, pedindo as cópias, nos últimos 4 anos dos loteamentos. – Vereador Luiz Frare: Vou pedir voto



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

favorável ao seu requerimento e se houver duplicidade lá, um dos dois vai ser descartado. – vereador Rui Capelão: Agradeço. – Vereador Romulo Quintino: Quero discordar do vereador Luiz Frare, no sentido de pedir voto favorável. Vereador Paulo Porto pediu há poucos dias e, até ele faz parte da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo e ele pediu, fez esse requerimento pedindo essas informações e se tem uma coisa que essa Casa não está fazendo: é negar requerimento. Nós estamos no requerimento nº 176 e quer me constar que o requerimento com o mesmo teor não pode ser pedido no mesmo ano, na Câmara de Vereadores. Inclusive, já veio à resposta e ela está no requerimento do vereador Paulo Porto. Já li a resposta e ela está na Diretoria Legislativa; se nós estivermos equivocados e acredito que não, naturalmente esse pedido será apresentado novamente e nós temos o compromisso de aprová-lo, pra que venham as informações. Mas apenas como o senhor disse que, não tem conhecimento, salvo engano da minha parte, esse requerimento já teve até resposta e já foi lido por essa Secretaria. Queria pedir essa questão e encaminhar voto contrário, com o compromisso do nobre vereador de na próxima vez que protocolar alguma coisa da mesma natureza que for diferente daquela, nós teremos ... por bem aprovar. – Vereador Nei H. Haveroth: Só queria esclarecer que se for pelos últimos 4 anos vereador Rui Capelão, que fizesse a correção da redação que está 4 e achei que fossem os últimos 4 projetos aprovados na última lei, aqui; até 4 anos mas consta no requerimento caso seja apreciado essa correção aqui, fica nos últimos 4 anos. Obrigado. – Vereador Paulo Porto: Em relação ao requerimento, eu não tenho realmente e vou ser sincero é um requerimento parecido com este. Não me lembro se exatamente igual. Gostaria, caso o vereador Rui Capelão entender que sim, retira e, iremos vereador imediatamente, se for igual obviamente é público o requerimento e se não for igual, tenho o compromisso de toda essa Casa de terça-feira que vem aprovar esse requerimento. – Vereador Romulo Quintino: É o teor da minha palavra, até porque o trabalho do vereador Rui Capelão é um trabalho muito sério nesta Casa. Temos todo respeito, mas salvo engano, de fato a resposta já veio. – Vereador Rui Capelão: Prefiro que o pedido seja aprovado, inclusive quero lembrar que Vossa Excelência reclamou aqui nessa Casa, da área de utilidade pública e que o senhor gostaria que fosse feito um colégio, investimento e a área é uma área terrível, não tinha condições. Hoje, temos que fiscalizar isso aí; não podemos deixar pra o futuro, temos que fiscalizar hoje, no momento que estão sendo liberados os loteamentos; existe um fundamento. A questão: se existe outro igual o que não acredito, o que sei que o que o Pedro Martendal fez é um pouco diferente, podemos até analisar depois, mas eu gostaria que fosse aprovado o requerimento. – Vereador Romulo Quintino: Com horários toda certeza, Rui Capelão. – Presidente: Só pra mim entender, Vossa Excelência não atendeu o pedido do vereador Paulo Porto e mantém o requerimento. Isso? – Vereador Rui Capelão: Perfeitamente; mantenho o requerimento e peço voto favorável. – Vereador Robertinho Magalhães: Com toda certeza vereador Rui Capelão, estamos lutando por essa causa, a questão das ladeiras aí, mas apenas por uma questão de economia processual. No meu entendimento, já tem um requerimento dessa natureza, mas claro tem sempre



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nosso compromisso de votar favorável ao seu requerimento; caso não seja do mesmo teor. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o requerimento. Antes de botar em votação, queria deixar um alerta a nossa Diretoria Legislativa que seja bastante criteriosa no momento de aceitar os requerimentos. O requerimento é uma ferramenta muito importante dessa Casa, mas quer me parecer que há um certo excesso no uso desse instrumento. Isso não sou eu que estou dizendo, são os números e salvo engano, no ano de 2013 tivemos 150 requerimentos aprovados nesta Casa; ano passado foram 184 requerimentos e, este ano estamos no mês de abril e já estamos na casa de 170 requerimentos. É algo que a gente tem que analisar com muito critério até porque, o requerimento como é um mecanismo legal, obriga o Executivo Municipal a responder toda e qualquer informação. De fato quando você tem informações demais respondidas é algo que não é de bom tom e não é republicano assim proceder. Então peço a nossa Diretoria Legislativa, que seja bem criteriosa na recepção de requerimentos. – Vereador Nei H. Haveroth: Serei breve. É só pra justificar, temos a questão do regimento que falei há 3 sessões anteriores. Vereador Rui Capelão, acho que o senhor está certíssimo, precisa mesmo principalmente loteamento. Precisamos estar atentos com essa fiscalização; mas se caso já tenha outro nós precisaríamos da resposta, porque senão estaríamos infringindo o Regimento se aprovar outro aqui; então tenho que votar contrário, porque não vou infringir o Regimento que o artigo está dizendo assim: que nós não podemos pedir o mesmo requerimento na mesma legislação. – Vereador Rui Capelão: E o senhor tem certeza que tem outro igual? – Vereador Nei H. Haveroth: Não tenho, por isso que preciso da resposta da Secretaria Legislativa, da certeza disso ou não, porque senão estaremos incorrendo na infração do Regimento. É só isso. – Vereador Rui Capelão: Na dúvida, o senhor vota contra então? – Vereador Nei H. Haveroth: Se não for esclarecido, sim. – Presidente: Quer me parecer que a proposta formulada pelo vereador Paulo Porto era uma proposta com bom senso. – Vereador Pedro Martendal: Senhor presidente, um esclarecimento que talvez contribua com essa discussão. O meu requerimento também neste sentido, vereador Rui Capelão, só um minuto. Meu requerimento foi retirado a pedido do vereador Luiz Frare, porque havia outro requerimento. Fui atrás do requerimento, era de autoria do vereador Paulo Porto, estou com a cópia no meu gabinete e não é igual nem o meu e nem do Rui Capelão. O meu poderia ser aprovado, mas retirei sem problema. Ele é de um período menor do que o do requerimento do vereador Rui Capelão e, o requerimento do Paulo Porto não pede cópias; então não é totalmente igual. Tem esses 2... lá de 2013 pra cá e não pede cópia, só a relação, e o do Rui Capelão pede dos últimos 4 anos; então não é exatamente igual. – Vereador Nei H. Haveroth: Só pra concluir meu raciocínio: não é que na dúvida sou contra é que o senhor teve a oportunidade de retirar o requerimento e apresentar semana que vem. Diante dessa decisão do senhor que respeito, vou tomar minha decisão de ser contrário, diante do senhor não ter... pra apresentar semana que vem, na dúvida e só pra esclarecer. – Vereador Rui Capelão: Na verdade sei o que estou pedindo, por isso que eu coloco. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Pra esclarecer, o requerimento



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nº 81/2015 do vereador Paulo Porto, requer informações ao município acerca de abertura de novos loteamentos na atual legislatura. O do Rui Capelão é nos últimos 4; então tem diferença; inclusive os questionamentos. O questionamento de nº 1 do vereador Paulo Porto diz: relação de todos os novos loteamentos urbanos em situação do período urbano do município, aprovado e em processo de aprovação nessa legislatura, desde a data de 01/01/2013 até a data atual, tendo em vista o que dispõe o artigo 28 inciso X e XX da Lei Orgânica Municipal. 2. No prazo acima citado ou abertura de novos loteamentos urbanos ou expansão do perímetro urbano, através de outro meio instrumento e não sendo previsto no artigo 28, inciso X e XX da Lei Orgânica. Se sim, qual o meio de instrumento se for decreto do Executivo, qual número do decreto e a data da publicação. Essa a proposta do vereador Paulo Porto, apresentado dia 10/03 e lido aqui no Plenário. Pra esclarecer senhores vereadores, em relação à diferença do requerimento apresentado. – Vereador Luiz Frare: Pelo que entendi a resposta ao vereador Paulo Porto traz a relação dos loteamentos aprovados e pra planta qual a diferença? – Vereador Rui Capelão: É onde se fiscaliza com a planta, com o memorial descritivo pra se saber onde é a área de utilidade pública, de preservação, o tamanho da rua, do lote, toda infraestrutura do loteamento com a planta descritiva que estou pedindo. É bem diferente; ele pede uma relação, apenas. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: O vereador Paulo Porto está pedindo desde janeiro de 2013, quando nós assumimos esse mandato. O vereador Rui Capelão está pedindo, nos últimos 4 anos. – Vereador Paulo Porto: Gostaria de deixar claro que estou com o requerimento em mãos e não é o mesmo, é outro requerimento. Então neste caso, entendo, retiro minha proposta e entendo que é procedente o requerimento do Rui Capelão; porque ele pede outras informações além das que eu pedi. São informações distintas; até porque não devemos pensar igual com análises distintas. Neste caso fica claro com a fala do vereador Vanderlei Augusto da Silva que são requerimentos distintos e neste caso, entendo que cabe e devemos aprová-lo. Obrigado. – Presidente: Votação nominal. Independente dessa questão de ser igual ou semelhante, apenas reforço o pedido a Diretoria Legislativa, estamos ainda no mês de abril e já estamos na casa de 170 requerimentos; no ano passado foram 185 requerimentos. No mês de abril já estamos passando o número de requerimentos do ano passado. Essa Casa tem feito sua parte, tem aprovado a totalidade dos requerimentos, mas reforço à Secretaria Administrativa que seja bem criteriosa na admissibilidade desses requerimentos. Proceda votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Rui Capelão, Professor Paulino, Aldonir Cabral, Fernando Winter, João Paulo de Lima, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini, Pedro Martendal e Paulo Porto) (Não houve voto contrário) – Secretário: Requerimento nº 169/2015 aprovado, senhor presidente. – Presidente: Requerimento nº 169/2015 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. - Vereador Jaime Vasatta: Questão de ordem. Peço liberação, tenho atendimento médico. – Presidente: Pois não, Vossa Excelência está





# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

liberada. Finda esta a matéria da Ordem do Dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino e na sequência o vereador João Paulo de Lima. -Vereador Romulo Quintino: Dado o adiantado da hora e entendendo que os nossos vereadores estão bastante esgotados de tanta discussão, preciso da atenção de todos na fala e, infelizmente não posso contar pelo que estou vendo aqui; abro mão da palavra. – Presidente: Vereador Rui Capelão abriu mão da palavra. Com a palavra vereador João Paulo de Lima. Tem 10 minutos. – Vereador João Paulo de Lima: Não poderia abrir mão da palavra. É uma pena o Rui Capelão não estar presente agora, ele foi um dos principais críticos da CPI da Saúde, vereador Paulo Porto. Nós que na madrugada, em várias situações dia e noite, trabalhamos incansavelmente pra que pudéssemos fazer tudo pela saúde de Cascavel. Sabemos que não resolvemos tudo, porque é complexa a saúde. Acontece que, a saúde em si é enxugar gelo; hoje você resolve uma dificuldade e daqui a pouco aparecem tantas outras situações, vereador Celso Dal Molin, que tem nos acompanhado. Fiquei feliz ontem, quando o Ministério Público na pessoa do senhor Sérgio Machado, acatou e abriu inquérito sobre a Upa do bairro Veneza, onde foi recém construída e já está com uma série de problemas. Detectamos isso ano passado e entregamos inclusive, a CPI da Saúde em maio do ano passado, mas sabemos que a Justiça, a tramitação sua é lenta, não é do dia pra noite e neste sentido, nós vínhamos sempre cobrando. O Ministério Público também deixou isso bem ajustado, pra que pudéssemos acompanhar esse relatório final e tive o prazer de trazer novamente esse relatório à tribuna, pra dizer que quando os vereadores fazem a fiscalização não é em vão. Dizer que logicamente gostaríamos que logo que fosse pego esse relatório o Judiciário, já se manifestasse e o prefeito já resolvesse os problemas e dificuldades do município. E também, a questão do Estado que é componente nesse complexo da saúde. Continuamos na luta, eu, o vereador Gugu Bueno, o Jaime Vasatta que fazemos juntamente com nossa assessoria, com as pessoas que foram nomeadas aqui, pra que trabalhassem nessa CPI da Saúde e as coisas estão acontecendo. O promotor mesmo dizia que ainda há mais inquéritos a serem abertas, porque nós temos 504 páginas, Professor Paulino. – Presidente: Um aparte. Como não posso pedir aparte enquanto presidente, eu passo a presidência ao vereador Luiz Frare, que neste momento preside a sessão. Peço um aparte. – Vereador João Paulo de Lima: Pois não. - Vereador Gugu Bueno: Muitas vezes na vida, ainda mais na vida pública, nos deparamos com discursos, com momentos que a aquela máxima que diz que: o tempo é o senhor da razão é a mais absoluta verdade. Muitas vezes escutamos, infelizmente de alguns dos pares dessa Casa de que a CPI da Saúde não havia dado em nada. Já falamos muitas vezes sobre os resultados da CPI, da importância, sobre o fato dela ter feito um raio x, ter chacoalhado o sistema da saúde pública de Cascavel. Sem dúvida nenhuma, o relatório da CPI da Saúde é um marco na história da saúde pública de Cascavel; mas esse ponto específico em relação ao Dr. Sérgio Machado com o Ministério Público, dando encaminhamento sobre a denúncia séria, fundamentada com documentos, provas concretas e não falácia, demagogia barata, mostra que a CPI não estava brincando. Mantenho a convicção que



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a CPI não estava brincando. Tenho a convicção que graças a CPI da Saúde, teremos gente presa em Cascavel, mas pra fazer essa denúncia não fazemos essa denúncia no diz-que-diz-que, achismo. Fizemos uma denúncia fundamentada em provas com auditorias, consultorias e, deixamos claro que havia um desperdício de dinheiro público e que aquela obra não foi feita da forma que tinha que ser feita; então acho que é um momento importante pra ressaltar o trabalho da CPI, dessa Casa e de todos os senhores vereadores que apoiaram a CPI da Saúde. Tenho certeza absoluta que isso sim, é papel dessa Casa, do Poder Legislativo, lutando por uma saúde de qualidade em Cascavel. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Quero parabenizar a CPI aqui mais uma vez, que fez esse papel brilhante de fiscalizar e colocar no relatório, apontando os problemas que tínhamos. Importante também, dizer que esse problema da obra específica é um marco, o dinheiro público às vezes se questiona: “ah! mas vão pagar tanto pela obra.” Acho que você pode pagar e a empresa precisa do lucro pra fazer a obra, mas temos que exigir a qualidade do serviço e isso também, pode ser uma marca que a CPI iniciou e as empresas que agora pegam um serviço público se comprometam em fazer serviço de qualidade; que dinheiro público às vezes não é pegar uma obra barata que vão economizar. Paga-se o justo, mas também, temos a qualidade pra que se atenda a população. Mais uma vez reconhecido o trabalho da CPI, por esse vereador. Obrigado. – Vereador João Paulo de Lima: Estamos fazendo esse trabalho de fiscalização e aí o vereador Paulo Porto, juntamente com Romulo Quintino, qual outro vereador que acompanha a Comissão de Fiscalização e Obras? Vereador Aldonir Cabral. Tenho certeza que esses 3 vereadores estão ocupados, neste sentido de tentar da melhor forma possível fiscalizar obras e é isso que acontece. É igual quando a gente vai na UBS do bairro, que tem gente que mora do lado e não fiscaliza. É igual quando vamos na obra que agora vai ser liberada por um deputado parlamentar, uma obra muito importante vereador Nei H. Haveroth que o senhor já acompanhou do lado do Clarito, a Ub's que está necessitando que essa Comissão levanta de madrugada e coloca num relatório aqui que depois vai acontecer. Esse ano tenho certeza que a Ub's do bairro Los Angeles também passará por reformas e melhorias. Disseram que ia ser criada essa Frente Parlamentar pra ficar pra bonito, pra desfilarem, fazer holofote, era isso que os vereadores queriam holofotes: por favor cena, quero a imprensa do meu lado. Não é isso! Levamos a imprensa muitas vezes porque ela tem um poder e um papel fundamental de expressar a sociedade, como está vivendo. E dizer como já disse nessa tribuna: quem está fazendo as coisas acontecerem não são somente esses vereadores, que fizeram a composição da Frente Parlamentar. Fizemos a votação aqui na Câmara, onde todos os vereadores votaram o relatório ou votaram e não leram o relatório. Nós não temos o poder da caneta como alguns acham, que temos de ir lá e falar: informatiza a saúde, arrume mais leitos, procure fazer melhor do que está fazendo. Mas eu posso dizer e digo de boca cheia que: estou fazendo minha parte; então neste sentido dizer que, muitas pessoas que clamam saúde pública, e aqui a gente fala porque se emociona com as situações que cada pessoa vive. Aí vem uma pessoa e diz: não faz nada a CPI, não fez nada a



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Comissão de Saúde, não fez nada. Peço e aqui cito o nome, porque não tenho medo, vereador Rui Capelão; acompanhe o trabalho dessa Comissão. Faço convite, sei que o senhor é o mais idoso dessa Casa, mas dizer assim que se o senhor puder ligo pra o senhor 3 da manhã e visitamos, próximo da sua comunidade que está sofrendo, também. Obrigado. Era isso que eu tinha. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Em verdade esse requerimento eu estava com ele entalado na garganta. E com essa oportunidade que o Marcos Rios me deu de ocupar esse tempo aqui, é uma maneira oficial de se cobrar. Fui homenageado em revistas até de circulação a nível de Estado, quando esses projetos sobre homeopatia, acupuntura foram autorizados. Passou por essa Casa e a gente achou que em questão de tempo a coisa estaria funcionando. Havia uma previsão, uma ideia toda positiva, neste sentido. E tem outro que não está aqui, que é o pronto socorro odontológico na Upa, durante fim de semana e feriados, porque a própria Associação Odontológica - ABO foi quem encaminhou através de nós da saúde, na gestão passada e foi também elogiado, cumprimentado por todos e até hoje, não saiu do papel e quem não sabe o que é uma dor de dente fora de hora e a falta desse profissional pra poder dar seu encaminhamento. Infelizmente, meu alô do Reginaldo para o pessoal da saúde eu não gostaria, ficaria muito triste como presidente da Associação Médica de uma classe que tem mais de 600 profissionais na cidade, uma classe que tem profissionais concursados na saúde pública do município habilitados na homeopatia, que são procedimentos de baixo custo, mas o município prefere rios de dinheiro na Upa, com o João Paulo de Lima e os outros reclamando, muitos tratamentos alternativos em crianças com alergia e outros tipos de doença poderia não estar na Upa fazendo inalação; tomando soro e outras coisas. Poderia ser usadas terapias alternativas, principalmente homeopatia que é consagrado em criança e o resultado é excelente. Infelizmente, nós como capital do oeste, polo de saúde, infelizmente temos mais 1 ou 2, 3 leis que não saíram do papel. Se sair dá alergia, talvez seja isso, mas não foi pra prática. Havia todo um empenho nesse sentido, palavra do próprio secretário, quando nem secretário não era, era um técnico administrador o qual tenho admiração por ele; mas nosso projeto morreu na casca e pra que não morra na casca; se eu voltar 10 vezes aqui e se eu puder todo ano um requerimento sobre isso vou fazer e, vou pra imprensa também, cobrar através da presidência da Associação Médica que com muito orgulho, represento nesta Casa. Obrigado. - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. Vereador Paulo Porto, Vossa Excelência tem o prazo regimental de 10 minutos, mas tenho certeza que contarei com o bom senso de Vossa Excelência e esse prazo não será utilizado na sua totalidade, vereador. – Vereador Paulo Porto: Obrigado vereador Gugu Bueno. Gostaria que o senhor cobrasse bom senso do governador Beto Richa, vim aqui pra falar dele e lamentar a truculência com que o Governo do Estado do Paraná vem há dois dias, lidando com os movimentos sociais em frente ao palácio, à assembleia Legislativa. A violência, que vem lidando com os servidores estaduais, sindicatos e associações de classe que foram a Curitiba lutar por seus direitos, no caso, compromisso assumido pelo Governo com essas mesmas entidades, de que não



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mexeria e não discutiria o Paraná Previdência sem antes discutir com as entidades. Eis que elas são surpreendidas com o pedido de urgência atropelando todo processo democrático; não permitindo nenhum debate e configurando uma traição desse governo junto aos trabalhadores do Paraná, em especial os servidores do Estado. Não bastasse a traição foram recebidos junto à Assembleia de forma truculenta, com tropa de choque, cães policiais, bombas de efeito moral, bombas de gás lacrimogênio. Essa madrugada 2 caminhões da Cut foram guinchados de maneira arbitrária, pela Polícia Militar pra que não houvesse manifestações. No dia de hoje, inclusive com confronto e enfrentamento físico de professores com a polícia. De forma caricata a gente assiste aqui de Cascavel, as forças repressivas protegendo a Casa do Povo de Vossa Excelência O Povo. Enquanto a chamada bancada do camburão vota contra os direitos desse mesmo povo. Fica nosso lamento e homenagem a esses servidores, que estão lá, lutando por nossos direitos. Meu direito, do Professor Paulino, Nei H. Haveroth que nós aposentaremos pelo Estado; estão lutando por nossos direitos e pra que tenhamos uma aposentadoria digna. O direito, inclusive de uma qualidade melhor na educação e saúde, inclusive segurança pública; já que cabe o mesmo direito aos bombeiros e policiais militares. Então fica de maneira muito breve e singela o reconhecimento desse mandato a esses servidores e o repúdio veemente desse mandato de maneira covarde, desqualificada com que o Governador Beto Richa trata as questões sociais. Lembrando Washinton Luiz, governador da época do café com leite e que falava assim, a famosa frase histórica dele: “questão social é caso de polícia”. Aparentemente, Beto Richa trouxe isso de volta, anos depois; hoje, ontem, na assembleia tratando demandas sociais como caso de polícia. Fica nosso lamento e homenagem aos nossos colegas que estão lá lutando por nossos direitos. – Presidente: Com a palavra Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Vou abrir mão da palavra. – Presidente: Com a palavra Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Me senti contemplado com as palavras do vereador Paulo Porto. Abro mão da minha palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Vim a essa tribuna com uma preocupação muito séria. Professor Paulino, Paulo Porto, tenho visto Vossa Excelência vir a essa tribuna e defender com veemência os professores. Também sou favorável à defesa dos professores; sem dúvida. Concordo que devam ganhar bem, que tenham boas condições, houve muitos avanços nos últimos 4 anos que os senhores sabem, não dá pra tampar o sol com a peneira. Houve avanços dentro das possibilidades do caixa do Estado, merecidos e merece até ganhar mais, mas tem um detalhe: em momento algum vi Vossas Excelências preocupados com o aluno. Entendo que a educação é um tripé: é estrutura, bons colégios e material. O professor é outro tripé: bons salários e assim por diante. E o terceiro ponto da educação é o aluno e, eu estou me preocupando demais, muitos pais já me procuraram e falaram: e as minhas férias de julho? Foi. Porque julho os alunos vão ter aula e dezembro vão ter aula até 24 de dezembro; então diria aos senhores: façam greve, manifestação, mas não suspendam as aulas. Nós não conseguimos aí 2 demonstrações no domingo? Por que não fazer igual? Vamos reivindicar, mas vamos lembrar também, dos alunos. É uma situação





# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

muito séria a questão dos alunos, depois a reposição de aula, vai a matéria meio no apressadinho e a gente sabe como funciona, depois e aí? Depois acaba 0 na prova do Enem, não consegue mais ter o valor do propalado Pronatec, porque não atingiu 450 pontos. A culpa não é do coitado do aluno. Por que não teve 450 pontos? Não vamos debitar só no aluno que não estudou. Será que não é essas aulas depois no afogadilho? Estive em Curitiba ontem, perdi a viagem. Fui no domingo a noite de ônibus, pra discutir o Plano Estadual de Educação; pois bem, não tivemos e saí de lá chateado porque a discussão do Plano Estadual de Educação não tinha nada que ver com a situação, que estava acontecendo na Assembleia. A gente poderia ter feito audiência, ter discutido, mas foi inviabilizado pela manifestação dos professores. Não teve audiência pública e aí complicou, perdi a viagem, não estive aqui na sessão e voltei pra casa. Com todo respeito Professor Paulino, Paulo Porto, mas vamos colocar nas discussões o nosso aluno, que é o nosso futuro. Muito obrigado! – Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público; encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e quatorze minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**GUGU BUENO**  
Presidente

**ROMULO QUINTINO**  
1º Secretário